

2 NOTAS

1ª – de enquadramento desta iniciativa

2ª – de actualidade, relativa à reestruturação da rede escolar

No passado mês de Fevereiro, em conferência de imprensa, a FENPROF **exigiu a revisão do DL 75/2008**. É sabido que a FENPROF sempre contestou a **necessidade** e a **oportunidade** desta alteração legislativa, assim como a **validade** das soluções encontradas, nomeadamente a imposição a todas as escolas de um órgão de gestão **unipessoal**, no qual são concentrados **poderes de decisão** que anteriormente pertenciam a outros órgãos e actores escolares.

As alterações introduzidas por este decreto-lei não se sustentaram em nenhuma **avaliação** do regime anterior, nem sequer tiveram em conta a **investigação** realizada em Portugal nesta área, incluindo as conclusões dos principais estudos solicitados pelo próprio Ministério da Educação (ME). Durante o **período de auscultação pública** sobre o projecto de diploma, e no âmbito de um conjunto de iniciativas que na altura desenvolveu para denunciar a **natureza** e o **alcance** desta alteração legislativa, a Fenprof afirmou repetidas vezes que, para o anterior Governo, um novo regime de gestão era a **peça** que faltava para a **consolidação** de um certo paradigma de Escola, **congruente** com a concepção de professor funcionário que o Estatuto da Carreira Docente (ECD) configurava: só com um modelo de gestão **autoritário** e com uma **cadeia de comando** hierarquicamente definida se podia garantir o **cumprimento acrítico** de orientações definidas centralmente.

Considerando que a **gestão democrática**, constitucionalmente consagrada, torna **imperativa** a **garantia** de princípios de **democraticidade** e de **participação**, como a **elegibilidade** e **colegialidade** dos órgãos, postos em causa no actual Regime de Autonomia, Administração e Gestão das escolas, a Fenprof colocou à ministra da educação, a **necessidade de realização de um amplo debate** sobre esta matéria que permita consensualizar, a curto prazo, um **regime alternativo** ao actual.

Esse novo regime, para além da criação de **Conselhos Locais de Educação** como órgãos descentralizados da administração educativa, já previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, deve consagrar

- **margens de autonomia** efectiva para as escolas,
- o direito destas poderem optar por um órgão de **gestão colegial**,
- um processo de **eleição directa** do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado
- e a redefinição das **competências** e da **composição** do órgão de **direcção estratégica**, actualmente atribuídas ao Conselho Geral.

No **imediato**, a Fenprof reclamou a abertura de um processo negocial para a introdução de algumas alterações ao DL 75/2008, visando o **reforço das competências e a autonomia de funcionamento** do Conselho Pedagógico. Neste sentido, importa consagrar que é ao CP, enquanto órgão de direcção pedagógica da escola, que compete definir o **tipo**, as **competências** e a **composição** das **estruturas pedagógicas intermédias** – é inaceitável que todas as escolas tenham que ter o mesmo número de departamentos

curriculares –, assim como lhe deve competir **flexibilizar a organização dos espaços, tempos, agrupamentos** de alunos e **apoios educativos**. Defendemos que o director não tem que ser obrigatoriamente o **presidente do CP** e que este órgão deve ser constituído pelos coordenadores das estruturas de gestão intermédia e de supervisão pedagógica que vierem a ser definidas ao nível de escola/agrupamento, mas sempre **democraticamente eleitos** pelos docentes que as constituem. A insistência na manutenção da designação destes elementos comprometerá, por exemplo, a implementação de qualquer processo de avaliação do desempenho, levantando problemas de **legitimação** dos avaliadores e de **reconhecimento** da sua **autoridade** pelos pares.

A **elegibilidade** e a **colegialidade** dos cargos de direcção e gestão (de topo e intermédia) são **marcas distintivas** da administração das escolas em Portugal. Apesar de essa prática já ter sido legalmente consagrada como forma de **escolha dos reitores** dos liceus, de **1910 a 1928**, ela aparece mais claramente associada ao **movimento político e social** que se sucedeu ao 25 de Abril. Por isso, **o princípio da eleição** dos órgãos de direcção das escolas constituiu **um dos fundamentos** da chamada Gestão Democrática, consagrada na Constituição da República.

Este **Encontro**, que tem como lema Democracia para as Escolas, insere-se num conjunto de iniciativas que a FENPROF levará a cabo nesta área, das quais destaco a entrega hoje no ME de um **manifesto** pelo regresso da Gestão Democrática às escolas e pelo reforço da sua autonomia pedagógica.

Nota de actualidade:

Depois de **quatro anos de enorme tensão e instabilidade**, esperava-se que a nova equipa do ME elege-se como prioridade restituir às escolas alguma tranquilidade. Não é isso que está a acontecer. Nas últimas semanas os **responsáveis** pela gestão das escolas têm vindo a ser contactados pelas Direcções Regionais de Educação para serem postos perante um **facto consumado**: os agrupamentos de escolas já existentes e as escolas secundárias vão ser fundidos em **unidades organizacionais de maior dimensão**, com a **consequente concentração** de serviços e dos órgãos de administração e gestão na escola sede.

Repentinamente, e apenas **cerca de um ano** depois da implementação de um novo modelo de gestão e de as escolas terem sido obrigadas a constituir novos órgãos de direcção e gestão, vem agora a administração dizer: **considerem-se todos demissionários, porque vai ser criada uma super estrutura com sede na escola x** (na generalidade dos casos uma escola secundária) *e portanto a vossa escola* (que pode até já ser um agrupamento, constituído por uma escola EB 2/3 e dezenas de escolas de 1º ciclo e jardins de infância, que pode até já ter 1500 ou 2000 alunos...) *vai deixar de ser uma unidade organizacional e passar a ser apenas uma parte desse novo mega agrupamento.*

Há **fusões** de todo o tipo. Refiro apenas 2 exemplos paradigmáticos:

- a fusão de 5 escolas no concelho de **Seia** (4 AE e 1 secundária) - ... alunos, 400 professores...

- a fusão de Escolas Secundárias do **Porto** (António Nobre e Rodrigues de Freitas com AE que são TEIP's (respectivamente Areosa e Miragaia) – escolas

com **projectos** específicos, uma **história** própria, com **identidades** e **culturas** distintas, integradas em diferentes **realidades sociais, económicas e culturais**;

A **forma como a administração tem vindo a conduzir todo este processo** - comunicando via telefone **factos consumados**, fazendo **cessar**, de forma **abrupta e arbitrária**, os **Projectos Educativos** em desenvolvimento no terreno) e os **mandatos dos órgãos de administração e gestão**, configura um **desrespeito** pelo funcionamento democrático das escolas e pelos seus órgãos (particularmente o **Conselho Geral**) e é a prova de que estamos perante um processo de **recentralização** da administração educativa, fazendo cair por terra toda a **retórica** associada ao DL 75/2008 em torno do reforço da **autonomia** das escolas e da **participação** da comunidade.

Não é possível, no espaço desta curta intervenção, **aprofundar o impacto** desta reestruturação na vida das escolas e no próprio sistema educativo. Limitar-me-ei, por isso, a **sublinhar** 3 ou 4 questões:

1. Não se **vislumbra** qualquer razão de ordem pedagógica para uma reestruturação da rede desta natureza, mas **compreende-se o alcance financeiro** de uma medida que levará à **supressão de cargos e serviços** e, sobretudo, à **redução** (significativa) do número de professores que inevitavelmente resultará da concentração de alunos.

2. As escolas necessitam de **estabilidade**, não sendo possível trabalhar eficazmente num sistema em **permanente mudança**. Impunha-se **avaliar** o funcionamento dos agrupamentos de escolas já existentes, antes de avançar para a criação de outros de maior **dimensão e complexidade**. É ainda mais inaceitável que a administração avance com o anúncio desta medida nesta **altura do ano**, provocando perturbação e instabilidade nas escolas num período particularmente complexo de final de ano escolar e preparação do arranque de um novo.

3. A reestruturação da rede deve ter em conta a imprescindível **humanização** dos espaços escolares - num mega-agrupamento com milhares de alunos as relações tornam-se **mais impessoais** e é **mais difícil** a criação de um sentimento de **pertença** a uma comunidade, importante para a **promoção da inclusão** e para o **combate ao abandono e ao absentismo**. A substituição de uma **gestão de proximidade** por uma **gestão à distância** impedirá uma resposta localizada e atempada aos problemas (nomeadamente aos de indisciplina e violência) e levará a mais **formalismos**, mais **instâncias intermédias** e mais **atrasos** na resolução dos problemas.

4. É uma **hipocrisia** tentar justificar estas opções com uma suposta melhoria da qualidade do ensino, de que os alunos seriam os maiores **beneficiários**. Basta pensar no **impacto** desta medida ao nível da **coordenação pedagógica intermédia** [com a constituição de departamentos curriculares **sobredimensionados**, com largas dezenas de professores dispersos por vários edifícios (em alguns casos fisicamente distantes)] para perceber que esta reestruturação criará **constrangimentos acrescidos à organização pedagógica e ao funcionamento das escolas** e levará a um inevitável

aumento da burocracia, contribuindo para a deterioração da qualidade da escola pública

Como escrevia **João Barroso**, numa artigo publicado em 2004 no Notícias da Amadora a propósito da criação dos primeiros mega-agrupamentos, **“o agrupamento é visto como um processo de “reengenharia administrativa”, visando promover a “racionalidade” na gestão dos recursos físicos, humanos e financeiros afectos ao funcionamento do sistema escolar. A solução encontrada promove novos fenómenos de centralidade e perda de autonomia institucional com a criação de “superestruturas organizativas” cujo único objectivo parece ser o de facilitar o seu controlo por parte da administração central e regional”**.

Em **síntese**, no que respeita à administração do sistema educativo e das escolas, a publicação do **DL 75/2008** e toda esta alteração à **rede** escolar apontam para um **reforço do centralismo e da burocracia**. O **oposto** do que nós defendemos: mais **autonomia** e mais **participação**, só possíveis num contexto de **descentralização**. Está nas pastas uma **súmula** das propostas da FENPROF que visam a **transferência** de competências para o nível local e para a escola e nestes para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária.

Termino reafirmando que para a FENPROF as questões relativas à **direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino** são da **maior relevância** para a vida das escolas, pela **dimensão política** que assumem e pela forma como influenciam as **relações** de trabalho e o próprio **clima** de escola. Do nosso ponto de vista, a **dimensão política** que deve dar **consistência** às estruturas organizacionais da escola é a **democracia**.

O **modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas**. O **projecto educativo** de uma escola não pode ser dissociado da sua **organização interna** e dos seus **modos de funcionamento**. A **democratização do governo da escola** deve por isso ser defendida essencialmente por ser decisiva na **promoção** de uma educação para a **democracia** e para a **participação social e cívica**.